

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1-I

Hoje, como outrora, o riso tem uma multidão de significações possíveis, que vão da zombaria sarcástica que exclui à complexidade amigável que censura. Ele pode ser bom, mau ou neutro. Como fenômeno natural, o riso parece ter evoluído pouco, a não ser no sentido de ter-se adquirido maior controle do espírito. Nós rimos mais baixo e de maneira menos desenfreada que nossos ancestrais, o que não surpreende ninguém.

Contudo, além dessas alterações de forma superficial, foi o lugar do riso, na vida e na sociedade, que mudou, assim como o discurso sobre o riso, a maneira como ele é interpretado, analisado, percebido. O fato de lhe terem consagrado numerosos tratados, em todas as épocas, demonstra, ao menos, que todas as sociedades lhe conferiram um lugar importante, e a maneira como ele foi percebido é reveladora das grandes variações de mentalidade.

Ao contrário do que sempre se escuta, os motivos de hilaridade quase não mudaram. Rimos hoje quase das mesmas coisas que antigamente. As técnicas variaram, mas sempre rimos para zombar de nós, para acalmar nosso medo, para manifestar nossa simpatia, para reforçar nossos vínculos e para excluir. O simples enunciado dos motivos mostra que o riso é plural. Os risos são muito diferentes e sempre o foram.

Georges Minois. **História do riso e do escárnio**. Tradução de Maria Elena Ortiz Assumpção. São Paulo: Editora UNESP, 2003, p. 629-630 (com adaptações).

A partir das ideias do texto CB1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 1 Segundo as ideias do texto, o riso, desde a sua origem, está associado a várias significações, por isso é impossível definir claramente se ele é uma ação positiva, negativa ou neutra.
JUSTIFICATIVA - Errado. Embora seja correto afirmar que no texto há a ideia de que o riso está associado a várias significações, não se encontra no texto respaldo para a afirmação de que essa multiplicidade de significações existe desde as origens do riso. Também não se pode depreender do texto que, devido a essas muitas significações, é impossível definir claramente se o riso se constitui como uma ação positiva, negativa ou neutra. Na verdade, ser bom, mau ou neutro é mais uma das significações que o riso tem.
- 2 Infere-se do texto que a informação de que os motivos de hilaridade mudaram com o tempo é equivocada.
JUSTIFICATIVA - Certo. Tal ideia está presente no trecho a seguir: “Ao contrário do que sempre se escuta, os motivos de hilaridade quase não mudaram. Rimos hoje quase das mesmas coisas que antigamente”.
- 3 Entende-se do texto que todas as sociedades conferem ao riso um lugar de destaque e a natureza desse lugar varia à medida que a mente humana evolui.
JUSTIFICATIVA - Errado. Não é coerente com as ideias do texto a

afirmação de que o lugar do riso nas sociedades varia à medida que a mente humana evolui. No texto se afirma tão somente que “a maneira como ele [o riso] foi percebido é reveladora das grandes variações de mentalidade”, o que não diz respeito à evolução da mente humana, mas sim aos comportamentos das sociedades.

Considerando os aspectos linguísticos do texto CB1A1-I, julgue os itens que se seguem.

- 4 É obrigatório o emprego do acento indicativo de crase no termo “à” em “à complexidade amigável” (primeiro período do texto).
JUSTIFICATIVA - Certo. O acento grave usado no termo “à” resulta da crase da preposição “a”, consequência da estrutura “vai de ... a ...”, com o artigo definido feminino, resultado de paralelismo “vai da ... à ...”. Nesse caso, o uso desse acento é obrigatório.
- 5 No primeiro período do segundo parágrafo, a forma verbal “mudou” estabelece concordância com o termo “sociedade”, haja vista ser este o elemento mais próximo.
JUSTIFICATIVA - Errado. A forma verbal “mudou” tem como sujeito “o lugar do riso”, com cujo núcleo — “lugar” — estabelece concordância. Ressalta-se que o termo “que” é meramente expletivo, parte da estrutura de realce “foi ... que”, portanto não tem função anafórica.
- 6 No último período do primeiro parágrafo, a expressão “de maneira menos desenfreada” poderia ser substituída, sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, por **menos desenfreado**, mantendo-se, assim, o paralelismo sintático com o termo “baixo”.
JUSTIFICATIVA - Errado. Diferentemente do vocábulo “baixo”, que pode ser empregado como advérbio, tal qual o é no trecho em apreço, o vocábulo “desenfreado” é necessariamente adjetivo e não basta para desempenhar a função de adjunto adverbial no texto.
- 7 No primeiro período do último parágrafo, o vocábulo “se” está empregado como índice de indeterminação do sujeito, isto é, serve para indeterminar o sujeito gramatical da forma verbal “escuta”.
JUSTIFICATIVA - Errado. A palavra “se”, na oração “Ao contrário do que sempre se escuta”, tem o papel de pronome apassivador, pois ele se combina a um verbo transitivo direto — “escutar”. De acordo com a gramática normativa, quando o pronome “se” aparece associado a um verbo transitivo direto, ele é classificado como pronome apassivador e a oração em que ele aparece está na voz passiva sintética.

Considerando as orientações constantes da segunda edição do **Manual de Redação Oficial do TCDF**, julgue os itens seguintes.

- 8 A necessária uniformidade das comunicações oficiais decorre da natureza uniforme da administração pública em todas as suas esferas (municipal, distrital, estadual e federal). JUSTIFICATIVA - Certo. O item encontra respaldo no Manual de Redação Oficial do TCDF (2.^a ed., p. 18): “É importante salientar que a formalidade de tratamento vincula-se, também, à necessária uniformidade das comunicações. Ora, se a Administração Pública (municipal, estadual, distrital ou federal) é una, é natural que suas comunicações sigam um mesmo padrão”.
- 9 Quando usados com parcimônia, fórmulas de refinada cortesia, estruturas consagradas pelo uso e termos técnicos contribuem para garantir a eficácia das comunicações oficiais. JUSTIFICATIVA - Errado. No Manual de Redação Oficial do TCDF (2.^a ed., p. 13), apresenta-se o seguinte sobre a eficácia das comunicações oficiais: “A eficácia da comunicação oficial depende basicamente do uso de linguagem simples e direta, chegando ao assunto que se deseja expor sem passar, por exemplo, pelos atalhos das fórmulas de refinada cortesia usuais no século passado. Ontem o estilo tendia ao rebuscamento, aos rodeios ou aos circunlóquios; hoje, a vida moderna obriga a uma redação mais objetiva e concisa”. Como se vê, o trecho deixa claro que, para garantir eficácia nas comunicações oficiais, deve-se evitar o uso de fórmulas de refinada cortesia. Além disso, em momento algum, se menciona o uso parcimonioso de estruturas consagradas pelo uso e de termos técnicos como meios de atingir a eficácia das comunicações oficiais.
- 10 Para que se elabore um texto conciso, é preciso conhecimento sobre o assunto a ser tratado e tempo para a revisão do texto produzido. JUSTIFICATIVA - Certo. Com relação à garantia da concisão, o Manual de Redação Oficial do TCDF (2.^a ed., p. 16) prevê o seguinte: “Para que se redija um texto conciso, é fundamental que se tenha, além de conhecimento do assunto sobre o qual se escreve, o tempo necessário para revisá-lo depois de pronto. É nessa revisão que muitas vezes se percebem eventuais redundâncias ou repetições desnecessárias de ideias”. Sendo assim, conhecimento sobre o assunto a ser tratado no texto e tempo para revisão do texto produzido configuram-se como elementos fundamentais para a redação de um texto conciso.

Julgue os itens a seguir, a respeito da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), considerando, quando cabível, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).

- 11 O STF declarou inconstitucional norma da LODF que instituiu a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal como representante judicial desta corte de contas, ao fundamento de que essa atribuição compete à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, como órgão central do sistema jurídico do DF. JUSTIFICATIVA - Errado. No julgamento do RE 1023883 AgR, o STF declarou inconstitucional o art. 84-A da LODF, que criou a Procuradoria-Geral do TCDF, em razão do vício formal de iniciativa, porquanto a sua criação decorreu de emenda à LODF de origem parlamentar, o que violou a autonomia e o poder de iniciativa legislativa do TCDF para organizar e alterar a sua estrutura. O julgamento foi definido por maioria de 3 votos a 2. Prevaleceu o fundamento adotado pelos Ministros Edson Fachin e Ricardo Lewandowski no sentido da inconstitucionalidade formal da norma que criou a PG do TCDF. É o que consta da ementa do acórdão exarado no RE n. 1.023.883 Agr, *in verbis*: “Ementa: AGRAVOS REGIMENTAIS NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. VÍCIO DE INICIATIVA. EMENDA À LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. CRIAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DO TRIBUNAL DE

CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. PROCESSO LEGISLATIVO. INICIATIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS. AGRAVOS NÃO PROVIDOS.

1. É inconstitucional a Emenda 95/2016 à Lei Orgânica do Distrito Federal, a qual instituiu a Procuradoria-Geral do Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de representação judicial daquela Corte, tendo em vista que compete às Cortes de Contas a iniciativa do processo legislativo tendente a alterar suas estruturas organizacionais. Precedentes.
2. Agravos regimentais a que se nega provimento. (JULG-22-11-2022 UF-DF TURMA-02 MIN-EDSON FACHIN N.PÁG-073 DJe-s/n DIVULG 14-03-2023 PUBLIC 15-03-2023)”.
- 12 Em seu título inicial, a LODF reproduz os princípios fundamentais, com as devidas adaptações à posição federativa do Distrito Federal (DF), bem como a quase totalidade dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. JUSTIFICATIVA - Errado. O Título I da LODF dispõe sobre os “Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal”. Com efeito, ele reproduz, em grande parte, os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil constantes da Constituição Federal de 1988 (CF), adaptados à posição federativa do Distrito Federal. No entanto, no Título I da LODF, a menção aos direitos e às garantias fundamentais é escassa em comparação ao estabelecido na CF. São previstos, no Título I da LODF, apenas a cláusula geral do princípio da igualdade (art. 2.^o, parágrafo único), o direito de petição (art. 4.^o) e três direitos políticos (art. 5.^o). Apesar de o art. 3.^o conter algumas poucas disposições que tangenciam os direitos fundamentais, ele constitui norma definidora dos objetivos prioritários do DF, sendo, portanto, norma programática vocacionada a orientar o ente federativo, sem a eficácia imediata característica dos direitos e das garantias fundamentais elencados no art. 5.^o e em outros dispositivos da CF.
- Acerca da tributação e do orçamento do Distrito Federal (DF), julgue os itens que se seguem, com base na LODF.
- 13 No mínimo 10% do total das despesas com publicidade da Câmara Legislativa do DF devem ser destinadas para contratação de veículos alternativos de comunicação comunitária impressa, falada, televisionada e *online* sediados no DF. JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está prevista no art. 149, § 9.^o, da LODF, sendo a Câmara Legislativa do DF órgão representante do Poder Legislativo local. “Art. 149. (...) § 9.^o As despesas com publicidade do Poder Legislativo e dos órgãos ou entidades da administração direta e indireta do Poder Executivo serão objeto de dotação orçamentária específica, destinando-se, no mínimo, dez por cento do seu total para contratação de veículos alternativos de comunicação comunitária impressa, falada, televisada e on-line sediados no Distrito Federal.”
- 14 Cabe ao poder público do DF, na forma da lei, a prestação dos serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, e sempre por meio de licitação. JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva se refere ao *caput* do art. 186 da LODF: “Art. 186. Cabe ao Poder Público do Distrito Federal, na forma da lei, a prestação dos serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, e sempre por meio de licitação, observado o seguinte:”.
- 15 Na aquisição de bens e serviços, o TCDF deve dar tratamento preferencial, nos termos da lei, às atividades econômicas exercidas no DF e, em especial, a empresas brasileiras, sem prejuízo dos princípios da publicidade, legitimidade e economicidade. JUSTIFICATIVA - Certo. A assertiva está prevista no art. 159, § 3.^o, da LODF, cuja aplicação alcança o Tribunal de Contas do DF

por ser ele órgão da administração direta do DF.

“Art. 159 (...) § 3.º Na aquisição de bens e serviços, os órgãos e as entidades da administração pública, sem prejuízo dos princípios de publicidade, legitimidade e economicidade, devem dar tratamento preferencial, nos termos da lei, às atividades econômicas exercidas em seu território e, em especial, a empresas brasileiras.”

Com base na Lei Complementar n.º 840/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais), julgue os itens a seguir.

16 A depender dos cargos ocupados por servidores públicos, se houver semelhança de atribuições, a interpretação por analogia é aplicável ao regime de trabalho de ambos os cargos.

JUSTIFICATIVA - Errado. Conforme a Lei Complementar (LC) n.º 840/2011, art. 57, § 2º:

“§ 2º É vedado aplicar ao regime de trabalho interpretação por analogia, extensão ou semelhança de atribuições.”

17 O percentual de adicional de periculosidade devido aos servidores públicos da carreira de execução penal iguala-se ao percentual máximo de adicional de insalubridade devido aos servidores de outras carreiras.

JUSTIFICATIVA - Certo. Somente os servidores da carreira de execução penal recebem percentual de adicional de periculosidade igual ao percentual máximo devido ao adicional de insalubridade, nos termos do art. 83 da LC n.º 840/2011:

“Art. 83. O adicional de insalubridade ou de periculosidade é devido nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes aos trabalhadores em geral, observados os percentuais seguintes, incidentes sobre o vencimento básico:

I cinco, dez, ou vinte por cento, no caso de insalubridade nos graus mínimo, médio ou máximo, respectivamente;

II 10%, no caso de periculosidade, salvo no caso da carreira de Execução Penal, disciplinada pela Lei no 3.669, de 13 de setembro de 2005, que é de 20%.”

18 Somente ao servidor público estável é devida gratificação por encargo de curso ou concurso.

JUSTIFICATIVA - Certo. O art. 100 da LC n.º 840/2011 dispõe que a gratificação por encargo de curso ou concurso é devida ao servidor estável:

“Art. 100. A gratificação por encargo de curso ou concurso é devida ao servidor estável que, em caráter eventual: (...)”

19 Eventual caracterização cumulativa de conduta funcional de servidor público como erro de procedimento e prejuízo moral irrelevante não o isenta de sanção disciplinar.

JUSTIFICATIVA - Errado. A conduta funcional de servidor público classificada como erro de procedimento, caracterizada cumulativamente como prejuízo moral irrelevante, isenta-o de sanção disciplinar, nos termos do art. 210 da LC n.º 840/2011:

“Art. 210. Fica isento de sanção disciplinar o servidor cuja conduta funcional, classificada como erro de procedimento, seja caracterizada, cumulativamente, pela:

(...)

IV prejuízo moral irrelevante;

(...).”

20 Se um servidor público cometer assédio sexual e outro cometer assédio moral, ambos estarão sujeitos à mesma pena máxima de suspensão.

JUSTIFICATIVA - Certo. As práticas de assédio sexual e moral são enquadradas como infrações médias do grupo II, sujeitas à mesma pena máxima de suspensão, nos termos do art. 200 da LC n.º 840/2011:

“Art. 192. São infrações médias do grupo II:

(...)

II praticar ato de assédio sexual ou moral;

(...)

Art. 200. A suspensão é a sanção por infração disciplinar média pela qual se impõe ao servidor o afastamento compulsório do exercício do cargo efetivo, com perda da remuneração ou subsídio dos dias em que estiver afastado.

§ 1.º A suspensão não pode ser:

I superior a trinta dias, no caso de infração disciplinar média do grupo I;

II superior a noventa dias, no caso de infração disciplinar média do grupo II.”

No que diz respeito a contextos políticos, econômicos, sociais, históricos e geográficos da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), julgue os itens a seguir.

21 A RIDE é uma região integrada de desenvolvimento econômico e possui efeitos articuladores da ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal.

JUSTIFICATIVA - CERTO. O art. 1.º do Decreto n.º 7.469/2011, que regulamenta a Lei Complementar n.º 94/1998, decreta que a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) destina-se à articulação da ação administrativa da União, dos estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal.

22 Está entre as áreas de interesse da RIDE o contexto urbano dos serviços públicos voltados ao saneamento básico — em especial o abastecimento de água, o serviço de limpeza pública e a coleta e o tratamento de esgoto —, ao transporte, à habitação popular e à segurança pública.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Todas as áreas citadas no item estão grafadas no site oficial da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO); e são consideradas áreas de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal, aos estados de Goiás e Minas Gerais e aos municípios que integram a referida região.

23 Água Fria é um município goiano situado ao Sul do Distrito Federal, limítrofe a Santo Antônio do Descoberto e Luziânia, além de fazer parte do espaço urbano do Entorno e da RIDE, assim como da área metropolitana de Brasília.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Água Fria não possui limites com Santo Antônio do Descoberto e Luziânia, se situa ao Norte do DF e, embora faça parte da RIDE, não faz parte da área metropolitana de Brasília.

24 Brasília, além de ser a centralidade da RIDE, é responsável por mais de 80% do produto interno bruto (PIB) da RIDE atual.

JUSTIFICATIVA - CERTO. Os dados da CODEPLAN mostram que o produto interno bruto (PIB) de Brasília equivale a 90,1% do PIB da RIDE atual.

25 Compõem a RIDE todos os municípios polarizados por Brasília, uma vez que estão sob influência direta da capital do país.

JUSTIFICATIVA - ERRADO. Dos 59 municípios polarizados por Brasília, apenas 22 compõem a RIDE do DF e Entorno. Com a proposta do PLS n.º 410/2012, outros quatro seriam incorporados à RIDE, ficando ainda excluídos 33 municípios que estão na área de influência direta de Brasília.

X	frequência absoluta	frequência relativa
0	3	0,10
5	6	0,20
10	15	0,50
15	6	0,20

Considerando que, em um levantamento estatístico realizado por amostragem aleatória simples, tenha sido produzida a tabela de frequências apresentada anteriormente, na qual X denota uma variável de interesse, julgue os seguintes itens.

- 26 O tamanho da amostra é igual ou superior a 16.
JUSTIFICATIVA - Certo. Com base nas frequências absolutas, obtém-se $n = 3 + 6 + 15 + 6 = 30$. Logo, é correto afirmar que $n \geq 16$.
- 27 A moda da variável X na amostra em questão é igual a 15.
JUSTIFICATIVA - Errado. A moda amostral é igual a 10, pois, de acordo com as informações contidas na tabela, é a classe que apresenta o maior valor de frequência absoluta e frequência relativa.
- 28 A mediana da variável X é igual a 10.
JUSTIFICATIVA - Certo. A mediana amostral é $\hat{P}(X \geq 10) \geq 0,5$ e $\hat{P}(X \leq 10) \geq 0,5$.
- 29 A variância amostral de X é igual ou inferior a 18.
JUSTIFICATIVA - Errado. A variância amostral deve ser superior a $V^2 = 0,1 \times (0 - 9)^2 + 0,2 \times (5 - 9)^2 + 0,5 \times (10 - 9)^2 + 0,2 \times (15 - 9)^2 = 8,1 + 3,2 + 0,5 + 7,2 = 19$, pois $S^2 = nV^2/(n - 1)$, em que S^2 denota a variância amostral e n é o tamanho da amostra.

Considerando dois eventos aleatórios, E_1 e E_2 , tais que $P(E_1 \cap E_2) = 0$, $P(E_1) = 0,32$ e $P(E_2) = 0,15$, julgue os próximos itens.

- 30 $P(E_1|E_2) = P(E_2|E_1)$.
JUSTIFICATIVA - Certo. $P(E_1|E_2) = P(E_2|E_1) = 0$, pois $P(E_1 \cap E_2) = 0$.
- 31 E_1 e E_2 são eventos independentes.
JUSTIFICATIVA - Errado. Os eventos E_1 e E_2 não são independentes, pois $0 = P(E_1 \cap E_2) \neq P(E_1) \times P(E_2) = 0,048$.

operação lógica	símbolo
conjunção	\wedge
disjunção	\vee
negação	\sim
condicional	\Rightarrow
bicondicional	\Leftrightarrow

Assumindo que as proposições lógicas simples são representadas por letras maiúsculas e que a tabela precedente relaciona os símbolos lógicos usuais às operações lógicas que eles representam, julgue os itens a seguir.

- 32 A proposição lógica $(A \Rightarrow (B \Rightarrow C)) \Leftrightarrow ((A \wedge B) \Rightarrow C)$ é uma tautologia.
JUSTIFICATIVA - Certo. Aplicando-se as regras de equivalência, conclui-se que $A \Rightarrow (B \Rightarrow C) \Leftrightarrow (\sim A) \vee (\sim B \vee C) \Leftrightarrow ((\sim A) \vee (\sim B)) \vee C \Leftrightarrow \sim(A \wedge B) \vee C \Leftrightarrow ((A \wedge B) \Rightarrow C)$.
- 33 A sentença “A missão dos tribunais de contas é garantir que os recursos públicos sejam aplicados em favor de suprir as necessidades mais prementes dos contribuintes, por isso a atuação dos auditores públicos na análise dos processos que envolvem gastos públicos é muito importante” pode ser corretamente expressa pela proposição lógica $P \Rightarrow Q$.
JUSTIFICATIVA - Certo. A sentença contém duas proposições lógicas simples ligadas pelo conectivo de implicação \Rightarrow .

Um auditor do TCDF recebeu 20 processos para serem analisados, entre os quais 8 estão relacionados à área de saúde, 7 estão relacionados à área de infraestrutura e 5 estão relacionados à área de educação. Esse auditor decidiu que cada processo será analisado separadamente em exatamente uma semana e distribuiu, de maneira aleatória, todos os 20 processos em um cronograma de 20 semanas.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 34 O número de maneiras de se organizar esse cronograma de tal forma que processos da área de educação estejam designados para a quinta e a décima semanas e que dois processos da área de infraestrutura estejam designados para as últimas duas semanas é superior a $2^2 \times 2^2 \times 17!$.
JUSTIFICATIVA - Certo. Para as demais 16 semanas, existem 16! maneiras de distribuir os processos. Para a 5.^a e a 10.^a semanas, serão $2 \times \binom{5}{2} = 20$ maneiras, e, para as duas últimas, serão $2 \times \binom{7}{2} = 42$ maneiras. Dessa forma, a organização do cronograma, de acordo com as condições estabelecidas pelo auditor no caso, poderá ser realizada $20 \times 42 \times 16!$ maneiras, que é superior a $16 \times 17!$.
- 35 O número de maneiras de se organizar esse cronograma de tal forma que o processo designado para a primeira semana seja relacionado à área de saúde é inferior a $8 \times 7! \times 5!$.
JUSTIFICATIVA - Errado. Existem 8 processos relacionados à área da saúde para a primeira semana; as 19 outras semanas podem ser preenchidas de 19! maneiras, ou seja, o número de maneiras de se organizar esse cronograma, iniciando-se por um processo da área da saúde, é $8 \times 19!$, que é maior que $8 \times 7! \times 5!$.

Espaço livre